



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Maio/2021

ÍNDICE

1. OBJETIVO.....	3
2. ABRANGÊNCIA	3
3. DEFINIÇÕES	3
4. UTILIZAÇÃO E COLETA DE COOKIES.....	5
5. DADOS PESSOAIS COLETADOS.....	6
6. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	6
7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS	7
8. ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS	7
9. TEMPO RETENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS	8
10. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS.....	8
11. SAIBA MAIS.....	9
11.1. Canais de comunicação	9
11.2. Legislação.....	9

1. OBJETIVO

A Política de Privacidade da Pandhora Investimentos Ltda., doravante denominada simplesmente “Gestora” ou “Pandhora”, foi elaborada em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados, LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, visando a melhores práticas de mercado e o compromisso da Gestora com a proteção de dados pessoais.

2. ABRANGÊNCIA

Os termos e condições aqui previstos aplicam-se a todos os dados pessoais coletados no *website* “pandhora.com”, bem como, nas redes sociais da Pandhora (Instagram, LinkedIn, Facebook e Youtube).

3. DEFINIÇÕES

Com base na LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018¹ (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), Art. 5º, considera-se:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

¹ LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Art, 5º. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm > Acesso em: 30 de abril de 2021.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

Órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;

Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

4. UTILIZAÇÃO E COLETA DE COOKIES²

Cookies são arquivos salvos em seu computador, *smartphone* ou dispositivo correlato que quando acessado um *site*. Os cookies são necessários para otimização da navegação no aprimoramento da experiência do usuário.

Alguns cookies são classificados como **necessários** e permitem a funcionalidade central, como segurança, gerenciamento de rede e acessibilidade. Estes cookies podem ser coletados e armazenados assim que você inicia sua navegação ou quando usa algum recurso que os requer.

- Cookies Primários: cookies serão colocados em seu dispositivo diretamente pelo nosso site. Eles são essenciais para que o usuário consiga navegar no site e usar seus recursos.
- Cookies de Terceiros: Outros cookies são colocados no seu dispositivo não pelo site que você está visitando, mas por terceiros, como, por exemplo, os sistemas analíticos.

² As definições apresentadas tiveram como referência bibliográfica: COMITÊ CENTRAL DE GOVERNANÇA DE DADOS - CCGD. Guia de Boas Práticas LGPD. Abril 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/guia-de-boas-praticas-lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

A Pandhora utiliza cookies para melhor atender o interesse de seus usuários em seu website, além de proporcionar a melhoria contínua de seus conteúdos.

A qualquer momento usuário poderá revogar a sua autorização quanto à utilização dos cookies, podendo desabilitá-los alterando as configurações do seu navegador, mas saiba que isso pode afetar o funcionamento do site.

5. DADOS PESSOAIS COLETADOS

A Pandhora terá acesso a todos os dados pessoais inseridos em nosso *website*. A coleta de dados pessoais também pode ocorrer por meio de bases públicas, intermédio de parceiros ou prestadores de serviços.

A Pandhora também coleta dados de forma automática por meio da utilização de *cookies*, com a finalidade de melhorar a experiência de navegação do usuário de acordo com suas preferências.

As diretrizes de coleta de dados pessoais são baseadas nos seguintes princípios:

- Apenas serão coletadas informações essenciais para o melhor atendimento na prestação dos serviços;
- A coleta de novos dados pessoais prevê prévia e indispensável autorização do titular, juntamente a respectiva justificativa.
- Os dados pessoais coletados serão utilizados única e exclusivamente para cumprimento de suas finalidades pré-estabelecidas.

6. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais pela Organização tem por finalidade:

- O oferecimento de informações relacionadas a prestação de serviço de Administração de Carteiras de Valores mobiliários;
- O cumprimento de obrigações regulatórias ou autorregulatórias (CVM, Anbima, COAF entre outras);
- Eventual condução de processos jurídicos;
- O desenvolvimento de novos serviços e produtos;

- Em defesa de legítimo interesse e preservação de imagem;

- Por meio de prévia autorização do titular dos dados para:
 - Envio de marketing;

 - Em processos de relacionamento com os clientes, quando a atividade envolver dados pessoais sensíveis.

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Eventualmente a Pandhora, precisará compartilhar dados pessoais com terceiros. Tais situações de compartilhamento são:

- i. Parceiros e prestadores, no desenvolvimento e prestação de serviços disponibilizados em nosso *website* e redes sociais;
- ii. Por solicitação de autoridades, entidades governamentais, para a preservação e proteção dos interesses da Pandhora no âmbito jurídico;
- iii. Mediante ordem judicial ou por determinação de autoridades legais.

8. ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS

Todos os dados pessoais sob domínio da Pandhora serão armazenados de acordo com as melhores práticas de mercado, incluindo, mas não sem limitando, na adoção das seguintes medidas:

- Proteção de acesso não autorizado;
- Segregação lógica de acesso; e
- Procedimentos para o tratamento de dados pessoais de forma a manter o sigilo das informações, assegurando a integridade dos dados, sua confidencialidade e restrita disponibilidade.

Importante ressaltar que o trânsito de dados está sujeito a riscos operacionais e cibernéticos. Em caso de violação de segurança e/ou vazamento de dados a Pandhora garante a execução dos melhores esforços para remediação de eventuais falhas, assegurando plena transparência ao usuário.

9. TEMPO RETENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais coletados e sob guarda da Pandhora, serão eliminados quando não mais atenderem sua finalidade, ou por solicitação do titular, salvo casos de previsão de retenção regulatória, ou ainda uso exclusivo da Pandhora, em defesa de seu legítimo interesse e no exercício de seus direitos em processos judiciais ou administrativos.

10. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

Em conformidade a regulamentação aplicável, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, a Pandhora garante ao usuário, atendimento de solicitações baseadas nos seguintes direitos:

- I. Livre acesso a finalidade específica do tratamento;
- II. Acesso ao processo de tratamento e período de retenção;
- III. Direito de retificação de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV. Canal de comunicação;
- V. Anonimização ou bloqueio de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação;
- VI. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comerciais, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;
- VII. Eliminação dos dados tratados com consentimento do Titular;
- VIII. Informação sobre a possibilidade de o Titular não fornecer o consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências em caso de negativa;
- IX. Direito a revogação do consentimento.

A Pandhora mobilizará os melhores esforços para atender as requisições feitas pelos Titulares, no menor tempo possível dentro sua capacidade de execução. Eventuais atrasos no atendimento de requisições serão necessariamente informados junto a suas respectivas justificativas.

Requisições de Usuário podem ser rejeitadas em casos incapacidade de comprovação de titularidade dos dados e motivações de retenção legal ou regulatória. Devendo a Pandhora justificar o não atendimento da requisição.

11. SAIBA MAIS

11.1. Canais de comunicação

Para esclarecimentos entrar em contato por meio do *e-mail*: **dpo@pandhora.com**

11.2. Legislação

Esta Política foi elaborada com base na LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018); no Guia de Boas Práticas LGPD. Disponível em: < <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/guia-de-boas-praticas-lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd> >.

Acesso em: 30 de abril de 2021; e no Guia de elaboração de Termo de Uso e Política de Privacidade para serviços públicos. Disponível em: < <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/GuiaTermoUso.pdf> >

Acesso em: 25 de maio de 2021.

A Pandhora reserva o direito, a seu exclusivo critério, de modificar, alterar, acrescentar ou remover partes deste documento a qualquer tempo.
